

# Investimento em educação e ciência

» RUY ALTENFELDER

Curador dos Prêmios Fundação Bunge, presidente do Conselho Superior de Estudos Avançados (Consea) e presidente da Academia de Letras Jurídicas

» CLÁUDIA CALAIS

Diretora-executiva da Fundação Bunge

A contenção do aquecimento global, cujos efeitos já podemos sentir nos dias de hoje, é o grande desafio das próximas gerações. Para frear o desequilíbrio ambiental, precisaremos de combustíveis menos poluentes, de novas técnicas agrícolas, de novas fontes de energia. Taremos que inventar modelos urbanos, econômicos e sociais mais sustentáveis. Estamos na antessala de um rearranjo completo das cadeias produtivas globais e do nosso próprio modo de vida, desafios que só serão superados com base em novos conhecimentos e novas tecnologias.

O investimento em educação e ciência, portanto, nunca foi tão importante. Avanço científico e progresso social sempre foram fenômenos indissociáveis, mas nota-se agora que a própria sobrevivência da espécie humana está em jogo. Sociedades que valorizam a ciência são aquelas com melhores chances de encontrar soluções para os grandes desafios deste século.

A pandemia de covid-19 deu uma amostra disso. Graças à ciência, conseguimos mapear a evolução do vírus e desenvolver vacinas em tempo recorde, as quais vêm reduzindo drasticamente o número de mortes e oferecendo uma rota de saída para a pandemia.

Investir em ciência não é um gasto, mas uma aposta no futuro. No médio e longo prazos, não há aplicação que traga tanto retorno, inclusive financeiro, quanto a valorização do trabalho dos cientistas. Tecnologias inovadoras podem se tornar negócios bilionários, além de serem decisivas, como vimos, para a construção de um presente sustentável para toda a humanidade.

Essa foi a visão de mundo que levou a Bunge a criar, 66 anos atrás, a Fundação Bunge, valorizando pessoas e seus conhecimentos, e o Prêmio Fundação Bunge para homenagear e incentivar contribuições notáveis à ciência brasileira. O prêmio chega à sua 65ª edição mais relevante do que nunca, como demonstram os trabalhos contemplados em 2021.

Na área de Ciências Biológicas, Ecológicas e da Saúde, foram selecionados trabalhos relacionados à prevenção de doenças infecciosas. O contemplado na categoria “Vida e Obra” foi o professor Ricardo Gazzinelli, presidente da Sociedade Brasileira de Imunologia, docente na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), pesquisador da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e cofundador do Centro de Tecnologia de Vacinas da UFMG-Fiocruz. Já na categoria “Juventude”, o contemplado foi Tiago Mendes, professor do Departamento de Bioquímica e Biologia Molecular da Universidade Federal de Viçosa, um jovem pesquisador que vem se destacando por seus trabalhos sobre controle de enfermidades.

Foram contemplados também profissionais das Ciências Agrárias. Em “Vida e Obra”, o ganhador foi o engenheiro agrícola Eduardo Assad, pesquisador da Embrapa Informática Agropecuária e professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV). O prêmio “Juventude” ficou com Fabiani Bender, pós-doutora em



ciência pela Esalq/USP e membro do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden). Ambos desenvolvem pesquisas relacionadas aos impactos das mudanças climáticas na produção de alimentos.

Profissionais como esses buscam soluções para alguns dos maiores desafios da nossa época. É preciso valorizar seu trabalho, especialmente quando se tem em vista que o Brasil estuda cortar o Orçamento público dedicado à pesquisa científica, colocando-se na

contramão das nações desenvolvidas. Diante de problemas ambientais, sociais e sanitários cada vez mais complexos, infelizmente ainda temos dificuldade para enxergar o trabalho do cientista como essencial ao desenvolvimento nacional e até à nossa sobrevivência.

Investir em ciência é garantir que estaremos à altura dos grandes desafios que este século nos reserva. Quanto antes aprendermos essa lição, mais chances teremos de construir um futuro próspero e sustentável para todos os brasileiros.

## Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br

## Dependência e estatismo enviesado

Quem chegou a acreditar que os aumentos sucessivos dos combustíveis, ao longo de todo este ano, não teriam peso maior na escalada inflacionária começa a desconfiar que esteve, todo esse tempo, vivendo num mundo de ilusão, onde fenômenos como causa e efeito não possuem relação direta e concreta.

Para tornar essa realidade ainda mais dura, os mecanismos da vida real que poderiam servir de contrapeso para impedir que a inflação nos levasse de volta a um passado que acreditávamos estar definitivamente morto foram, todos eles, torpedeados pelo Congresso e pelo Executivo como parte da caminhada de ambos rumo às próximas eleições de 2022.

Instrumentos como o teto de gastos e a responsabilidade fiscal foram postos de lado, assim como outros inibidores ao desperdício dos recursos públicos por parte de maus gestores, como é o caso aqui da responsabilidade administrativa. Com isso, o país ficou, mais uma vez, exposto a contaminação de sua economia, navegando sem instrumentos em meio à turbulência mundial provocada pela pandemia.

O Legislativo, que poderia nessa travessia pressionar politicamente o governo para conter gastos, faz justamente o contrário, aliando-se ao Executivo. A quebra dessas regras de ouro ameaça-nos a todos e torna o ano de 2022 uma incógnita e um caminho no escuro. O Orçamento do próximo ano, mais do que uma ficção, será uma história da carochinha, ou, como os opositoristas gostam de denominar, um estelionato eleitoral.

Somados e subtraídos todos esses maus presságios, o xis da questão que, nesse caso, está na política de preços da Petrobras ou na desvalorização do Real frente ao dólar, fica sem resolução, mesmo sabendo que a economia do país viaja na boleia de caminhão.

Mais preocupados com as estratégias que serão armadas nas próximas eleições, o Palácio do Planalto só quer saber de onde encontrar o que restou do dinheiro dos pagadores de impostos para vitaminar seu programa social, o Auxílio Brasil, e assim garantir protagonismo para reeleger-se.

Já se sabe também que, em ano eleitoral, nenhuma reforma que poderia contribuir para a contenção de gastos, no caso a reforma administrativa, tem chance de progredir entre os políticos. Enquanto persiste o aparente embate entre economia e política, os investidores, cientes da perda de credibilidade do governo, saem em debandada, provocando, ainda mais o aumento no dólar e, consequentemente, uma nova onda de subida nos preços dos combustíveis.

O transatlântico Brasil perdeu sua âncora fiscal. Agora, resta encontrar outros meios de mantê-lo em porto seguro, o que também parece nos remeter de volta ao mundo onírico, onde ações e reações não possuem importância para o que se segue.

Ainda em 2014, durante o descerrar das cortinas do doidivana governo da presidenta Dilma, o jornal britânico *Financial Times* já advertia para a fragilidade que países emergentes como o Brasil, incluído no que chamava de “cinco frágeis”, viviam seus dilemas internos, justamente por conta da estreita dependência de suas economias em relação aos preços dos combustíveis.

Já naquela ocasião, o FT falava deste dilema entre manter os preços dos combustíveis com efeitos diretos na inflação, desencorajando o consumo, ou absorvendo esses aumentos por meio de subsídios, forçando o governo a esvaziar os cofres.

De lá para cá, pouco ou nada mudou nesta relação entre os preços praticados pela Petrobras e o aumento da inflação. O que se sabe é que, em qualquer pesquisa histórica que busque encontrar possíveis protagonistas para a escalada da inflação no Brasil, a partir da metade do século passado, a estatal aparecerá em todas elas. Não por culpa de seu desempenho, mas em consequência de gestões políticas erráticas, que sempre prejudicaram tanto a empresa, quanto a economia do país e os brasileiros.

## Felicidade, passei no vestibular

» ELOI FERREIRA DE ARAUJO

Ex-ministro da Igualdade Racial e embaixador do Movimento AR e do Cotas Sim

Filho de um casal de ex-lavradores, Ondina e Paulino, que migraram, no final da década de 1950, do noroeste do estado do Rio de Janeiro, onde trabalhavam como meiros, para a capital, fui o primeiro de uma família de originários da escravidão a chegar ao ensino médio e a ingressar em uma universidade. Assim como na canção: felicidade, passei no vestibular. Como tinha o sonho de trabalhar no campo, alimentado pelas histórias que ouvia, desde criança, e pelas criações de galinhas, cabras, porcos e plantios diversos, no pequeno quintal do barraco em que vivia, no morro, fui estudar Zootecnia na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Quando ingressei naquele ambiente incrível que é a Universidade Rural, deparei-me com uma realidade bastante desconhecida do lugar de que eu vinha: na universidade, éramos pouquíssimos negros e negras. Alguns estudantes dos cursos de ciências agrárias eram originários do meio rural e tinham direito a 50% das vagas dos cursos de agronomia e veterinária. Eram, portanto, cotistas, em conformidade com a lei nº 5.465, de 3 de julho de 1968, conhecida como “lei do boi”. Eu, filho do ex-lavrador, não tive acesso a essa cota, mas os

filhos dos proprietários de terras tiveram. Essa lei assegurou, por quase 20 anos, que os fazendeiros tivessem cotas para seus filhos nas universidades públicas.

Foi a primeira política de cotas no ensino superior, mas não buscava criar igualdade de oportunidades — pelo contrário, apenas favorecia que os que já possuíam terras continuassem a tê-las, pelas próximas gerações. Já quando o país estabeleceu cotas para negros e negras e iniciou o debate sobre a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial, houve grande resistência. Disseminou-se em todos os meios que a adoção das cotas promoveria uma guerra nas universidades, que os alunos cotistas teriam dificuldades em conviver naquele ambiente, que eles não acompanhariam os conteúdos, que o nível educacional do ensino superior brasileiro seria prejudicado, e muito mais. Todos os argumentos contra as cotas caíram por terra, com a constatação, na prática, de que essa é uma das políticas públicas mais bem-sucedidas e necessárias da história do Brasil.

Desde a adoção da política de cotas, os bancos universitários estão recebendo a cor e a diversidade que forma a brasilidade e, juntamente com o instituto da autodeclaração,

fundamental para o combate ao racismo estrutural, essa política tem consolidado o orgulho e o empoderamento da população negra brasileira — hoje, cerca de 54% da população orgulhosamente se reconhece como afrodescendente. Embora herdeiros dos segmentos sociais que apoiaram as cotas para os filhos dos fazendeiros tenham ido ao Supremo Tribunal Federal para questionar a constitucionalidade e a legalidade das cotas para negros e negras, venceu, no tribunal, o compromisso com a promoção da igualdade racial, ainda em construção no Brasil. A luta, contudo, não acabou.

A lei que trata, especificamente, das cotas no ensino superior público tem validade decenal e precisa ser renovada, pois as políticas afirmativas e, notadamente, as cotas raciais, são a primeira iniciativa do Estado brasileiro para, finalmente, garantir direitos à comunidade negra — uma imensa dívida existente desde a abolição. Renovar as cotas é medida que vai ao encontro da Década Internacional dos Afrodescendentes, adotada pela ONU em 2014, e, desse modo, é medida de que o Brasil precisa para, um dia, concluir a abolição iniciada em 13 de maio de 1888. Cotas, SIM!

### » A frase que foi pronunciada

“O otimismo é a fé em ação. Nada se pode levar a efeito sem otimismo.”

Helen Keller

### Rasgando o verbo

Dizia Freud: “Quando Pedro me fala sobre Paulo, sei mais de Pedro que de Paulo”. Um ex-presidente que aproveita a liberdade para viajar e falar mal do próprio país mostra muito do que é como pessoa e como homem público. E quando comete o ato falho dizendo que Bolsonaro veio para “destruir o que nós destruímos”, aí diz tudo.

### Consome dor

Em dezembro de 2019, pouco antes da pandemia, a gasolina chegava a R\$ 4,70. Pelos quase R\$ 8 de hoje, já deu para colocar os lucros em dia. Ou não?

### » História de Brasília

Os moradores da Asa Norte não estão satisfeitos com os aluguéis arbitrados pelo IAPC e vão pedir fixação pelo preço médio de construção em Brasília, e não pelo preço pago pelo Instituto. (Publicada em 14/02/1962)